

**CAMINHOS POSSÍVEIS PARA O
DESENVOLVIMENTO DA
AGRICULTURA FAMILIAR**



Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Reitor

Luiz Mario Silveira Spinelli

Pró-Reitora de Ensino

Rosane Vontobel Rodrigues

Pró-Reitor de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação

Giovani Palma Bastos

Pró-Reitor de Administração

Nestor Henrique de Cesaro

Campus de Frederico Westphalen

Diretora Geral

Silvia Regina Canan

Diretora Acadêmica

Elisabete Cerutti

Diretor Administrativo

Clóvis Quadros Hempel

Campus de Erechim

Diretor Geral

Paulo José Sponchiado

Diretora Acadêmica

Elisabete Maria Zanin

Diretor Administrativo

Paulo Roberto Giollo

Campus de Santo Ângelo

Diretor Geral

Gilberto Pacheco

Diretor Acadêmico

Marcelo Paulo Stracke

Diretora Administrativa

Berenice Beatriz Rossner Whatuba

Campus de Santiago

Diretor Geral

Francisco de Assis Górski

Diretora Acadêmica

Michele Noal Beltrão

Diretor Administrativo

Jorge Padilha Santos

Campus de São Luiz Gonzaga

Diretora Geral

Sonia Regina Bressan Vieira

Campus de Cerro Largo

Diretor Geral

Edson Bolzan



CONSELHO EDITORIAL DA URI

Presidente

Denise Almeida Silva (URI)

CONSELHO EDITORIAL

Acir Dias da Silva (UNIOESTE)

Adriana Rotoli (URI/FW)

Alessandro Augusto de Azevedo (UFRN)

Alexandre Marino da Costa (UFSC)

Antonio Carlos Moreira (UNOESC/URI)

Attico Inacio Chassot (URI/FW)

Breno Antonio Sponchiado (URI/FW)

Carmen Lucia Barreto Matzenauer (UCPel)

Cláudia Ribeiro Bellochio (UFSM)

Claudir Miguel Zuchi (URI/FW)

Daniel Pulcherio Fensterseifer (URI/FW)

Dieter Rugard Siedenberg (UNIJUI)

Edite Maria Sudbrack (URI/FW)

Elisete Tomazetti (UFSM)

Elton Luiz Nardi (UNOESC)

Gelson Pelegrini (URI/FW)

João Ricardo Hauck Valle Machado (AGES)

José Alberto Correa (Universidade do Porto, Portugal)

Júlio Cesar Godoy Bertolin (UPF)

Lenir Basso Zanon (UNIJUI)

Leonel Piovezana (Unochapeco)

Leonor Scliar-Cabral *Professor Emeritus* (UFSC)

Liliana Locatelli (URI/FW)

Lisiane Ilha Librelotto (UFSC)

Lizandro Carlos Calegari (UFSM)

Lourdes Kaminski Alves (UNIOESTE)

Luis Pedro Hillesheim (URI/FW)

Luiz Fernando Framil Fernandes (FEEVALE)

Maria Cristina Gubiani Aita (URI)

Maria Simone Vione Schwengber (UNIJUI)

Marília dos Santos Lima (PUC/RS)

Mauro José Gaglietti (URI/Santo Ângelo)

Miguel Ângelo Silva da Costa (UNOCHAPECO)

Nestor Henrique De César (URI/FW)

Noemi Boer (URI/Santo Ângelo)

Patrícia Rodrigues Fortes (CESNORS/FW)

Paulo Vanderlei Vargas Groff (UERGS/FW)

Rora Maria Locatelli Kalil (UPF)

Rosângela Angelin (URI/Santo Ângelo)

Sibila Luft (URI/Santo Ângelo)

Tania Maria Esperon Porto (UPPEL)

Vagner Felipe Kühn (URI/FW)

Vicente de Paula Almeida Junior (UFFS)

Walter Frantz (UNIJUI)

Ximena Antonia Diaz Merino (UNIOESTE)

**Jaqueline Patrícia Silveira
Luis Pedro Hillesheim
Sandro Rogério Giacomelli
(Orgs.)**

**CAMINHOS POSSÍVEIS PARA O
DESENVOLVIMENTO DA
AGRICULTURA FAMILIAR**



Frederico Westphalen
2015



Este trabalho está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivados 3.0 Não Adaptada. Para ver uma cópia desta licença, visite <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/>.

Organização: Jaqueline Patrícia Silveira, Luis Pedro Hillesheim, Sandro Rogério Giacomelli

Revisão Linguística: Wilson Cadoná

Revisão metodológica: Tani Gobbi dos Reis

Capa/Arte: Silvana Kliszc

Projeto gráfico:

Impressão: Gráfica e Editora Barril Ltda.

O conteúdo dos textos é de responsabilidade exclusiva dos(as) autores(as).

Permitida a reprodução, desde que citada a fonte.

Catálogo na Fonte elaborada pela
Biblioteca Central URI/FW

Ficha catalográfica
ISBN

Bibliotecária (o)



URI – Universidade Regional Integrada
do Alto Uruguai e das Missões
Prédio 9
Campus de Frederico Westphalen:
Rua Assis Brasil, 709 – CEP 98400-000
Tel.: 55 3744 9223 – Fax: 55 3744-9265
E-mail: editorauri@yahoo.com.br, editora@uri.edu.br

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 - LOGOMARCA DO FÓRUM REGIONAL DO COOPERATIVISMO DOS COREDES MÉDIO ALTO URUGUAI E RIO DA VÁRZEA.....	71
FIGURA 02: DIMENSÕES PROJETOS AGROPECUÁRIOS DE BASE FAMILIAR	93
FIGURA 03: TRÊS FASES NA ELABORAÇÃO DE UM PROJETO AGROPECUÁRIO DE BASE FAMILIAR	94
FIGURA 04: ACRÓSTICO MARTE	97
FIGURA 05: QUESTIONÁRIO PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO PROFISSIONAL E DE VIDA	98
FIGURA 06: ELEMENTOS DO PRÉ-PROJETO.....	100
FIGURA 07: METODOLOGIA DA ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO PRÁTICA DE PROJETOS	101
FIGURA 08: FLUXOGRAMA DE PRODUÇÃO	107

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01: NÚMERO DE COOPERADOS POR COOPERATIVA	67
GRÁFICO 02: ANO DE FUNDAÇÃO DAS COOPERATIVAS PESQUISADAS	68
GRÁFICO 03: POLÍTICAS PÚBLICAS ACESSADAS PELAS COOPERATIVAS ESTUDADAS	71

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01: EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE FAMÍLIAS DE AGRICULTORES, DE 2003 A 2012, POR REGIÃO	51
QUADRO 02: TERRAS	108
QUADRO 03: BENFEITÓRIAS	109
QUADRO 04: MÁQUINAS, VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS ..	109
QUADRO 05: ANIMAIS	109
QUADRO 06: OUTROS BENS E DIREITOS	109
QUADRO 07: OBRIGAÇÕES	109
QUADRO 08: RESULTADO DO PATRIMÔNIO	109
QUADRO 09: CROQUI OU MAPA GEORREFERENCIADO ..	110
QUADRO 10: USO DO SOLO	110
QUADRO 11: USO DO SOLO NO DECORRER DO ANO (MESES)	111
QUADRO 12: FATOR TRABALHO EXISTENTE NO EMPREENDIMENTO	111
QUADRO 13: ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS	111
QUADRO 14: ATIVIDADES AGRÍCOLAS E ATIVIDADES PECUÁRIAS	112
QUADRO 15: INSUMOS PARA PRODUÇÃO E ONDE É POSSÍVEL ENCONTRÁ-LOS	113
QUADRO 16: POSSÍVEIS CONSUMIDORES	113
QUADRO 17: ORÇAMENTOS DE INVESTIMENTOS	115
QUADRO 18: PERÍODO DE NECESSIDADE DE RECURSOS	115
QUADRO 19: CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO (ANOS OU PERÍODO)	115
QUADRO 20: PATRIMÔNIO LÍQUIDO ENVOLVIDO	136

QUADRO 21: CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO	136
QUADRO 22: NECESSIDADE DE CAPITAL DE GIRO	137
QUADRO 23: INVERSÕES DO PROJETO	137
QUADRO 24: USOS E FONTES	138
QUADRO 25: CÁLCULO DO VALOR FINANCIADO	138
QUADRO 26: ELEMENTOS DE CUSTO FIXO	138
QUADRO 27: ELEMENTOS DE CUSTO VARIÁVEL	139
QUADRO 28: ITENS DE RECEITA OPERACIONAL	139
QUADRO 29: DEMONSTRATIVO DE RESULTADO DAS ATIVIDADES DO PROJETO	140

SUMÁRIO

CONTEXTUALIZANDO A AGRICULTURA FAMILIAR NA
REGIÃO DO MÉDIO ALTO URUGUAI 11

Gelson Pelegrini

PARTE I

**CAMINHOS PARA A ORGANIZAÇÃO SOCIAL E
PRODUTIVA DA**

**CAMINHOS PARA A ORGANIZAÇÃO SOCIAL E
PRODUTIVA DA 21**

**1 Contextualizando os caminhos para a organização social e
produtiva da agricultura familiar 23**

Jaqueline Patrícia Silveira

2 Aspectos conceituais e históricos do cooperativismo 29

Jaqueline Patrícia Silveira

Gelson Pelegrini

3 Políticas públicas e seus enfoques conceituais 43

Jaqueline Patrícia Silveira

Sandro Rogério Giacomelli

**4 O cooperativismo e as políticas públicas na região do Corede
Médio Alto Uruguai 67**

Jaqueline Patrícia Silveira

Luis Pedro Hillesheim

Considerações Finais 80

Jaqueline Patrícia Silveira

PARTE II

**CAMINHOS METODOLÓGICOS PARA ELABORAÇÃO
E IMPLANTAÇÃO**

**PRÁTICA DE PROJETOS EM UNIDADES DE
PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA**

DE BASE FAMILIAR - UPA	91
1 Metodologia de elaboração e implantação prática de projetos agropecuários de base familiar	92
Luis Pedro Hillesheim	
Gelson Pelegrini	
2 Roteiro para elaboração e implantação prática de projetos agropecuários de base familiar	105
Luis Pedro Hillesheim	
Gelson Pelegrini	
Paulo De Tarso Lima Teixeira	
André Pellegrini	
Thiago Caetano Schmidt Cantarelli	
CAMINHOS A TRILHAR	144
Jaqueline Patrícia Silveira	
Luis Pedro Hillesheim	
ANEXO 01 - Plano simplificado de gestão em unidades de produção agropecuária de base familiar	148
ANEXO 02 - Sugestão para elaboração de custo de produção pomar de videira	163
ANEXO 03 - Sugestão para elaboração de custo de produção de bovinocultura de leite	166
SOBRE OS AUTORES	168

CONTEXTUALIZANDO A AGRICULTURA FAMILIAR NA REGIÃO DO MÉDIO ALTO URUGUAI

Gelson Pelegrini

O debate atual em torno da agricultura familiar é muito intenso, existindo uma grande dificuldade de conceituar a agricultura familiar. Em termos teóricos a expressão, “agricultura familiar”, é originalmente muito genérica e polêmica, devido às diversidades e especificidades existentes no segmento. Apesar disso, algumas tentativas de conceituar a agricultura familiar apontam para o entendimento que é a agricultura onde a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo (WANDERLEY, 1999).

Entretanto, uma simples conceituação não pode explicar toda a dimensão que a agricultura familiar abrange no seu interior. Atualmente, pode ser considerado agricultor familiar desde o agricultor moderno capitalista até o agricultor que produz especificamente para a sua subsistência, conservando elementos de um modelo de produção camponesa clássica. Wanderley (1999) assegura que mesmo na sociedade contemporânea permanecem formas do campesinato tradicional e a própria agricultura familiar moderna conserva traços deste campesinato, o que é muito característico na Região do Médio Alto Uruguai.

A importância da agricultura familiar no contexto nacional pode ser medida nos dados publicados através do Censo Agropecuário de 2006, onde foram identificados 4.367.902 estabelecimentos de agricultura familiar. Eles representavam 84,4% do total, mas ocupavam apenas 24,3% (ou 80,25 milhões de hectares) da área dos Estabelecimentos Agropecuários (EA) brasileiros. Já os estabelecimentos não familiares representavam 15,6% do total e ocupavam 75,7% da sua área caracterizando a grande concentração

fundiária (IBGE, 2006).

Os dados do Censo Agropecuário de 2006 confirmaram que a agricultura familiar produz a maior parte dos alimentos consumidos pelos brasileiros, cerca de 70% do total, demonstrando a grande importância para a soberania alimentar nacional.

A definição de agricultura familiar utilizada pelo IBGE segue a Lei Nº 11.326, de 24 de julho de 2006, no seu Artigo 3º, que considera agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: (a) não detenha, a qualquer título, área maior do que 04 (quatro) módulos fiscais; (b) utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; (c) tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; (e) dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Desta forma, entende-se agricultura familiar como sendo aquela que ocupa no trabalho da unidade de produção familiar os membros da família e eventualmente alguma mão de obra contratada, ocupando-se desta forma com a produção, gerenciamento e comercialização. Produzindo produtos para o autoconsumo e para a comercialização no mercado local, agroindústrias ou cooperativas. Mantendo um alto grau de relação entre o trabalho familiar e a terra onde a família vive (PELEGRINI; GAZOLLA, 2008).

Olhando para o Desenvolvimento regional, destaca-se que o Médio Alto Uruguai do Rio Grande do Sul foi colonizado por descendentes de imigrantes europeus, principalmente italianos, alemães, poloneses, portugueses, dentre outras etnias. O processo de colonização aconteceu a partir da década de 1920, através da divisão de lotes de 25 hectares (em média) e a venda para famílias de camponeses.

¹O módulo fiscal é uma unidade de medida agrária usada no Brasil, sendo a média na Região 20 hectares.

Esta característica fez com que este território desenvolvesse sistemas produtivos com a predominância da lógica da agricultura familiar, como forma social de produção e trabalho.

Segundo Pelegrini e Gazolla (2008) o desenvolvimento da agricultura familiar neste território passou por um processo evolutivo marcante até chegarmos a fase atual. Fazendo-se uma caracterização deste processo pode-se dizer que foram três fases históricas. Uma primeira de colonização, desbravamento das matas e constituição das primeiras atividades agropecuárias desenvolvidas quase que exclusivamente visando o autoconsumo das famílias. Uma segunda que compreende uma maior integração ao mercado e o início do processo de especialização produtiva, que engloba o período de 1935 a 1960. E, uma última, que compreende o período de 1960 até o início dos anos 90, que se caracteriza pela intensa mercantilização da agricultura familiar e seu contínuo empobrecimento econômico e social.

Na fase atual constata-se que a agricultura familiar está em processo de afirmação dos seus sistemas de produção e das relações socioeconômicas que buscam fortalecer as suas organizações sociais e produtivas, destacando-se uma “disputa” entre a integração aos grandes complexos agroindustriais, onde Ploeg (2008) chamaria de Impérios Alimentares e a construção da autonomia da agricultura familiar, com a afirmação das organizações cooperativistas. Para tanto as políticas públicas possuem papel central no processo construtivo. Nos últimos anos, por iniciativa dos próprios agricultores familiares do Médio Alto Uruguai, apoiados por instituições locais, foram criadas “novas” organizações, destacam-se as cooperativas de agricultores familiares que trabalham com a atividade leiteira e produção de alimentos.

Estas cooperativas, que possuem uma característica mais de economia solidária, buscam agregar valor ao produto através da comercialização conjunta, assistência técnica e compras de insumos para a produção. Esta tendência também é verificada em outras regiões

do Brasil com é o caso do Oeste de Santa Catarina e sudoeste do Paraná, onde já estão organizadas centrais de cooperativas.

Pelegrini e Oliveira (2010), em estudo realizado no sistema de cooperativas da agricultura familiar e solidário no TCMAU, num total de 16 cooperativas pesquisadas, tendo como base o ano de 2009, o leite comercializado na forma in natura gerou R\$ 16.606.260,00 em valor bruto e agroindustrializado somente na forma de queijo R\$ 450.000,00. Os associados destas cooperativas quando perguntados sobre as atividades produtivas que os produtos são comercializados para obtenção de renda monetária, a produção de leite aparece em 75% das unidades de produção. Já a produção de subsistência destinada para a venda (excedente) aparece em 40% das unidades de produção.

Por outro lado, as grandes empresas agroindustriais ampliam seus investimentos no Brasil, principalmente, nos estados do sul, enfrentando uma forte concorrência entre estas empresas processadoras. Segundo Breitenbach (2012) esta concorrência centra-se, principalmente, na busca por matéria-prima em grande escala e baixo preço.

Segundo Kageyama (2008) o desenvolvimento rural implica na criação de novos serviços e produtos, associados a novos mercados, sendo que o sistema de produção deve procurar novas formas de redução de custos a partir de novas trajetórias tecnológicas. Sobretudo, tenta “reconstruir a agricultura” não apenas no nível dos estabelecimentos, mas em termos regionais e da economia rural como um todo. Para Ploeg et al. apud Kageyama (2008, p. 59) o Desenvolvimento rural é “[...] uma saída para as limitações e a falta de perspectivas intrínsecas ao paradigma da modernização e ao acelerado aumento de escala e industrialização que ele impõe”.

Kageyama (2008) descreve as principais características do modelo de modernização dentro do processo de produção, que olha os

² Este estudo foi realizado para fundamentar o planejamento das ações do CODETER – Colegiado de Desenvolvimento Territorial, e focou as cooperativas que faziam parte da Rede de Cooperativas Solidárias – RECOSOL. Estas cooperativas trabalham com a diversidade de produtos alimentares, incluindo as agroindústrias familiares.

agricultores como empresários agrícolas, sempre buscando a especialização, o aumento de escala, a intensificação de uso de insumos, produção orientada para a lógica de mercado, aumento do grau de commoditização, e a dependência crescente de poucos mercados específicos. Consequentemente este modelo pressupõe um rural com poucos agricultores.

Por outro lado, o modelo do desenvolvimento rural dentro de um processo de produção possui como principais características o esforço para reduzir a dependência do mercado de insumos externos à unidade produtiva, visando à redução de custos e ao melhor aproveitamento dos recursos naturais, a introdução de novas atividades que permitam utilizar mais os recursos internos com produção ambientalmente mais adequada, a cooperação e a diversificação de produtos dentro de uma economia de escopo, sempre buscando um maior controle sobre o processo pelos agricultores.

Os “Impérios alimentares” para Ploeg (2008) são os modelos fortemente centralizados e construídos por grandes empresas de processamento e comercialização de alimentos, operando em escala mundial. O império, composto por um conjunto de expressões específicas, busca se tornar hegemônico e dominante. Utiliza-se de diversos mecanismos para implantar o seu domínio, tirando a identidade dos produtos alimentares, criando os “não lugares”, como é o caso da desintegração e a recomposição de alimentos. Um exemplo deste mecanismo é a indústria de leite da Nestlé em Palmeira das Missões que desidrata o leite e redireciona para São Paulo e Minas Gerais, sem nenhuma alusão a região e/ou aos agricultores de onde é originado o produto.

Por outro lado, destaca Ploeg (2008, p. 20), que existe outro modelo “[...] centrado na construção e reprodução de circuitos curtos e descentralizados que ligam a produção e o consumo de alimentos e, de uma forma mais geral, a agricultura e a sociedade regional”. Este modelo baseia-se, entre outros elementos, na construção da autonomia

camponesa dentro de um processo de desenvolvimento rural.

Ploeg (2008) afirma que os dois principais processos de desenvolvimento atualmente são a industrialização e a recampesinização. Eles se interligam de forma evidente,

[...] uma vez que a industrialização visa à apropriação de percentagens crescentes do mercado, as economias empresariais irão entrar (lenta ou abruptamente) em crise, pois suas possibilidades de reprodução são reduzidas através da deterioração dos termos de troca. Por conseguinte, é necessário procurar e construir novos graus, formas e espaços de autonomia. É dessa forma que o processo de recampesinização se inicia. Para reduzir os níveis de custos, uma parte da agricultura empresarial será reestruturada de acordo com formas de produção mais resistentes, semelhante às da agricultura camponesa (PLOEG, 2008, p. 24-25).

Para Ploeg (2008) a condição camponesa consiste em um conjunto de relações dialéticas entre o ambiente hostil em que os camponeses têm que agir e suas respostas ativamente construídas, as quais visam criar graus de autonomia para enfrentar relações de dependência, as privações e marginalização implícitas nesse ambiente. Salientando a importância do “princípio camponês” que é uma noção emancipatória. O “princípio camponês” tem como base a resistência e a construção de autonomia, cultivando “[...] a esperança de que, através do trabalho, da cooperação e de ações conjuntas e/ou lutas abertas, o desenvolvimento pode ser construído” (PLOEG, 2008, p. 299).

Polanyi apud Escher (2011, p. 175) argumenta que a mudança social numa sociedade de mercado é ocasionada através “[...] de um complexo 'duplo movimento', desencadeado pela ação coletiva dos atores sociais, no caso os agricultores familiares, em resposta às ameaças que a mercantilização impõem para a sua reprodução social e econômica”.

Para Escher (2011) é a partir deste processo que se pode entender o avanço do Cooperativismo da Agricultura Familiar e da Economia Solidária no Sudoeste Paranaense. Destacando o papel que

o Sistema de Cooperativas de Leite da Agricultura Familiar com Interação solidária (SISCLAF) desempenha na promoção desta atividade como estratégia territorial de desenvolvimento rural.

Segundo Magri e Correa (2012), nos últimos anos, toma força em meio a agricultura familiar o cooperativismo familiar e solidário que busca organizar as pessoas em torno de propósitos comuns, com formação de consciência, participação democrática e empoderamento para a autogestão. Buscando ampliar o acesso aos mercados, a distribuição de riquezas e a geração de desenvolvimento local com sustentabilidade.

A Essência não esta na superestrutura da cooperativa e na implantação de projetos tradicionais, mas centraliza-se na cooperação entre as pessoas, na democracia, na produção de alternativas de desenvolvimento com inclusão, acreditando na construção de novas relações sociais e novas estruturas, adaptadas às realidades e subordinadas aos interesses políticos da amplitude do quadro social (MAGRI; CORREA, 2012, p. 28).

As ações da cooperativa não podem ficar apenas no campo produtivo, como afirma Caldart et al. (2012, p. 161), “a cooperativa deve ser vista como instrumento de estabilização econômica, mas também contribuir como instrumento de transformação social”. Neste contexto, constata-se na região do Médio Alto Uruguai a participação e o envolvimento das cooperativas da agricultura familiar, que estão viabilizando renda para milhares de famílias de agricultores, e lançando mão de políticas públicas importantes para o fortalecimento destas organizações. As quais passam a ser estudadas e alguns resultados são apresentados a seguir nesta obra.

REFERÊNCIAS

BREITENBACH, R. Estrutura, conduta e governança na cadeia produtiva do leite: um estudo multicaso no Rio Grande do Sul. 2012f. Tese (Doutorado em Extensão Rural) Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2012.

CALDART, R. S. et. al. Dicionário da educação do Campo. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2012.

ESCHER, F. Os assaltos do moinho satânico nos campos e os contramovimentos da agricultura familiar: atores sociais, instituições e desenvolvimento rural no sudoeste do Paraná. 2011 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2011.

IBGE. Censo Agropecuário, Rio de Janeiro, p. 1-146, 2006. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/agropecuario.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2010.

KAGEYAMA, A. Desenvolvimento rural: conceitos e aplicações ao caso brasileiro. Porto Alegre: editora da UFRGS, 2008.

MAGRI, C. A.; CORREA, C. E. Cooperativismo de crédito familiar e solidário: um instrumento de desenvolvimento e erradicação a pobreza. Passo Fundo: IFIBE, 2012.

PELEGRINI, G.; GAZOLLA, M. A agroindústria familiar no Rio Grande do Sul: limites e potencialidades a sua reprodução social. Frederico Westphalen/RS: URI, 2008. 197 p.

_____.; OLIVEIRA. R. Estudo da Rede de Comercialização Solidária – RECOSOL do Território da Cidadania do Médio Alto Uruguai. Relatório Final de Pesquisa. Edital 2009, Contrato nº322.763-36/2010/MDA/CAIXA. Frederico Westphalen, 28 p, Outubro de 2010.

PLOEG, J. D. V. D. Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Trad. Rita

Pereira. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. 372 p. (Coleção Estudos Rurais).

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (Org.). Agricultura familiar: realidade e perspectivas. 2. ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

PARTE I

**CAMINHOS PARA A
ORGANIZAÇÃO SOCIAL E
PRODUTIVA DA AGRICULTURA
FAMILIAR: A COOPERAÇÃO E AS
POLÍTICAS PÚBLICAS**

1 CONTEXTUALIZANDO OS CAMINHOS PARA A ORGANIZAÇÃO SOCIAL E PRODUTIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR

Jaqueline Patrícia Silveira

As tendências mundiais que norteiam o processo de globalização exigem novas formas e alternativas de organização da sociedade, que favoreçam a qualificação e reorganização local da produção familiar que parte da estruturação de cooperativas, “[...] trata-se de uma produção agrícola em que a 'produção familiar' é a base histórica de sua formação. Contudo, a própria expansão do capitalismo e sua recriação redimensionam e transformam a produção agrícola à qual se vincula o cooperativismo em questão” (CORADINI; FREDERICQ, 1982, p. 14).

O cooperativismo está sustentado no contexto dos governantes que viam e veem, nesta forma de organização, o elo que liga o bem estar social com o econômico, onde este processo de incorporação adquire subsídios sustentados no desenvolvimento e na educação do homem do campo como objetivos a serem alcançados através do cooperativismo.

O estímulo ao cooperativismo contribui para a consolidação da agricultura familiar e a elevação da renda dos produtores, assim, o sistema cooperativo constitui-se em um canal alternativo para a comercialização da produção agrícola. Observa-se que as cooperativas são as principais incentivadoras junto aos agricultores familiares para a adoção de novas tecnologias, não se restringindo apenas à aquisição da produção, mas sim a diversificação desta.

O cooperativismo hoje é também sensível aos novos desafios que a economia globalizada traz. As cooperativas precisam estar em constante aprendizado, buscando novas capacidades e competências de interesse público e privado. Para tanto, têm se utilizado das políticas